

---

## À procura dos novos pais: Representações e atitudes perante a paternidade

*Rita Mendes*

A presente comunicação visa apresentar a pesquisa “À procura dos novos pais: representações e atitudes perante a paternidade”, a decorrer no CIES/ISCTE no âmbito de uma tese de mestrado em família e sociedade e orientada pela Prof. Doutora Anália Cardoso Torres.

Assim, perceber se os jovens pais têm diferentes representações e atitudes perante a paternidade; identificar novos modelos ou formas de masculinidade; percepcionar desejos de intervenções mais activas na educação das crianças e de envolvimentos emocionais com elas; perceber a conciliação da vivência da paternidade com o desempenho de uma actividade profissional e com a relação conjugal; perceber se os jovens pais pretendem alcançar uma situação de igualdade face às jovens mães, no que se refere à assistência e ao acompanhamento dos filhos ou se estes têm uma atitude mais tradicional perante a família, apostando mais no seu papel de “provedor”, são questões centrais a que se pretende dar resposta nesta investigação.

O estudo do papel do homem na prossecução dos objectivos da igualdade assume uma expressão central neste projecto. Mais ainda, esta pesquisa pretende entender a temática da construção da paternidade segundo a diversidade social e cultural dos jovens pais, para perceber, identificar, e se possível explicar, a ocorrência de diferentes e ou novas atitudes perante a paternidade

Uma vez que o processo de investigação não se encontra ainda concluído, nesta comunicação não se avançarão com os resultados. Pretende-se, no entanto, dar a conhecer toda a problemática que alicerça a construção e a abordagem temática da paternidade.

Numa perspectiva sociológica poderão ser colocadas diversas questões sob o objecto de estudo em causa. Uma delas, refere-se à pertinência social da temática central desta investigação, pois, uma vez que na sociedade portuguesa ainda existem diferenças acentuadas entre sexos no que se refere a oportunidades e direitos no mercado de trabalho e sendo o país da União Europeia em que mais mulheres acumulam um horário laboral completo, com as tarefas domésticas e com o cuidado aos filhos, seria, talvez, de esperar que se aprofundasse mais as questões da igualdade de oportunidades das mulheres.

No entanto, o tentar perceber se os pais – neste caso, concreto e restrito, os pais da Área Metropolitana de Lisboa – estão interessados em ter um maior protagonismo nos cuidados e educação das crianças toma contornos importantes, pois poderá ser um indicador de que a assimetria entre sexos, (que actualmente ainda prejudica mais as mulheres), que se faz sentir com maior incidência na articulação da actividade laboral com os cuidados aos filhos e com as tarefas domésticas se está a atenuar, podendo estar os homens a tentar ter um desempenho mais interventivo e activo no que respeito ao desempenho da paternidade.

Pretende-se, com esta visão, abordar esta temática valorizando todos os ‘ganhos’ das lutas feministas, mas mais ainda, procurar detectar a obtenção de um maior equilíbrio no domínio social onde ainda há mais assimetrias, ou seja, na esfera privada.

Assim, se as mulheres têm vindo a lutar pela igualdade de oportunidades e direitos na esfera pública, sobretudo no que se refere à obtenção dos mesmos percursos, carreiras profissionais e remunerações, o Estado que tem um papel regulador destes direitos, dificilmente conseguirá ter como tarefa fundamental a promoção da igualdade entre homens e mulheres na esfera do privado, uma vez que o acesso a este domínio é restrito e limitado<sup>1</sup>.

Por esta razão, a esfera privada, acaba por ser a que mais legitima e perpetua as diferenças entre sexos, não só por ser alvo de menos ‘controlo’ externo, como pelo facto do exercício das suas funções não ser ‘cotado’ no mercado de trabalho e por não se tratarem de actividades remuneradas.

---

<sup>1</sup> Aqui, o Estado só pode intervir em casos limite, como em situações de violência entre cônjuges, violação ou subtração de menores.

O desempenho das tarefas domésticas, a manutenção de uma casa, os cuidados prestados às crianças e a educação destas são actividades pouco valorizadas, transformando-se rapidamente em funções menores cujo desempenho é pouco pretendido.

Os argumentos apresentados até aqui revelam que, se as mulheres estão a lutar pela obtenção dos mesmos direitos e oportunidades que os homens no mercado de trabalho, há homens, especialmente os mais novos, que desejam ter – ou têm já (Lamb:1987; La Rossa:1981; Rotundo:1986; White:1994; entre outros) – um papel de pai mais activo, querendo ser alvo de ‘integração’ similar à das mulheres, mas na esfera privada.

Embora em Portugal estes sinais possam ser ainda ténues, será que, de facto, os homens estão a querer assumir um papel mais interventivo no plano familiar? Ou será que o interesse na defesa de uma divisão simétrica das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos se verifica mais no discurso e não tanto nas práticas? Distinguir mudanças ao nível do discurso e das práticas é também um dos objectivos deste estudo.

No entanto, no que se refere a actividades relacionadas com os cuidados às crianças, parece estar a haver entre os homens mais novos uma emergente necessidade de ter, em equidade com as mulheres, um acesso a e direito ao desempenho de um papel interventivo e activo na educação e acompanhamento dos filhos e até num maior envolvimento emocional com estes, parecendo estar esta necessidade mais assente em práticas que no discurso.

Senão vejamos: já foi referido anteriormente que vários estudos mostram que apesar de cumprirem um horário laboral completo, é a maioria das mulheres que cabe assegurar a lida da casa e os cuidados com as crianças, se as há, tentando conciliar as duas esferas – a pública e a privada (Torres, 2000).

Esta situação acarreta uma enorme sobrecarga para a maioria das mulheres que desejam ser mães sem deixar de ter uma actividade profissional. Mas esta tende a ser vivida de forma diferente no masculino, sobretudo junto dos homens mais novos. Na verdade, estes últimos parecem, simultaneamente, estar mais empenhados em ter um papel activo nos cuidados aos filhos, como se pode observar no quadro referente aos usos médios do tempo (Quadro 1).

**Quadro 1: Duração média das actividades relacionadas com as crianças (dia médio)**

Minutos de duração das actividades	Homens	Mulheres	Tempo médio global (minutos)	Diferença entre homens e mulheres (minutos)
Actividades relacionadas com crianças				
Cuidados às crianças	60	87	80	27
Cuidados físicos e vigilância às crianças	46	68	64	22
Ensinar as crianças	41	39	40	-2
Brincar, jogar e conversar com as crianças	51	43	46	-8
Acompanhamento das crianças	33	34	33.4	1
Total de minutos	231	271	264	40

Fonte: INE (Instituto Nacional de Estatística), *Inquérito à Ocupação do Tempo, 1999*.

É nas actividades de prestação de cuidados, cuidados físicos e vigilância às crianças que a diferença do uso dos tempos entre homens e mulheres é maior. Estes dados são curiosos pois revelam que as questões mais relacionadas com o exercício de controlo são realizadas diariamente durante mais tempo pelas mulheres que pelos homens, o que inverte a atribuição de

papéis sociais aos homens – representante da autoridade, racional, ponderado – e às mulheres – emocionais, impulsivas.

Também em termos legais têm sido definidas medidas políticas de apoio à igualdade de oportunidades entre os géneros, legalmente estabelecidas, como a obtenção da licença por paternidade, o direito a partilhar a licença por maternidade, ou o estabelecimento da igualdade de direitos e deveres entre mães e pais em relação às crianças, o que vem legitimar a existência de uma emergência, se não de novas atitudes perante a paternidade, pelo menos de ‘espaço de legal’ para as legitimar.

Mas será que o interesse em ter um papel activo no desempenho da paternidade revela o início da luta da ‘integração’ dos homens na esfera privada? Será que há uma tendência seguida e entendida por todos os homens portugueses de igual forma? Será que as diferenças intra-grupo introduzem estratégias de actuação e interesses diversos?

Estas questões vão um pouco além do objecto de estudo da pesquisa em causa, mas são essenciais à justificação e legitimação da pertinência da problemática central do tema da investigação que esta comunicação pretende apresentar, pois evidenciam como as problemáticas da paternidade reforçam os objectivos das lutas pela obtenção de igualdades de oportunidades e direitos entre homens e mulheres, não as contradizendo e promovendo até o início de um equilíbrio entre sexos nos dois domínios sociais: o público e o privado.

No entanto o enfoque sociológico que se dá à paternidade nesta pesquisa não pode ignorar temáticas como a família, as questões do género e a masculinidade, pois só a articulação destas três áreas alicerça a temática central da pesquisa em que baseia esta comunicação, uma vez que o processo da paternidade se insere numa família e numa sociedade altamente genderizada<sup>2</sup> (Connell, 1995). Assim, de seguida, apresenta-se, resumidamente, o modo como a paternidade se insere em cada uma destas três temáticas.

### **Sociologia da família: Enquadramento teórico da paternidade**

As questões da família, o relacionamento entre os indivíduos que a constituem e a definição dos papéis nela desempenhados, foram abordadas em teorias de autores clássicos como Durkheim (1975) para quem *os indivíduos passam a ser mais importantes que as coisas*; Burgess (1960), que defende que o casamento funda a família e não a família que funda o casamento; Parsons (1956) que sublinhou a ideia de uma divisão sexual dos papéis na família conjugal moderna, reservando à mulher a esfera emotiva e privada, ao homem a racional e pública, estabelecendo o ‘sacrifício’ da carreira profissional feminina.

Nos anos 70, com as propostas feministas, começou a perceber-se a acumulação feminina de diversos papéis: profissional, doméstico, maternal e matrimonial, pois a entrada das mulheres no mercado de trabalho começou a adquirir maior relevo e visibilidade.

Assim, a articulação entre família, casamento, relações de conjugalidade, construção da identidade pessoal e de uma carreira profissional semelhante à masculina começa, então, a constituir-se como objecto de estudo da sociologia (Torres, 1998, 2000, 2001; Kellerhals, 1982, 1984, 1987; Kaufman, 1992, 1993; Guerreiro, 1994), que revelam que as mulheres apesar de terem uma carga horária laboral idêntica à dos homens são as que mais horas despendem a tratar dos filhos e na lida da casa.

É na sequência destas conclusões que se integra o objecto do estudo que aqui se apresenta, ou seja, na articulação e divisão dos cuidados com e às crianças – estando estes cuidados inseridos nos trabalhos domésticos – entre homens e mulheres, uma vez que ambos têm um papel activo e com similar carga horária no mercado de trabalho.

---

<sup>2</sup> O conceito de sociedade ‘genderizada’ tem origem no termo inglês ‘gender’ que significa género. Deste modo, com esta expressão se pretende definir uma sociedade onde a existência dos géneros masculino e feminino gera expectativas face aos comportamentos e atitudes e desempenhos dos indivíduos consoante o seu grupo de pertença sexual. O género é entendido desta forma como normativo e regulador, podendo até ser entendido como constrangedor.

Ainda no âmbito das ciências sociais (Lígia Amâncio:1994) se tem vindo a relacionar as diferenças de género com a execução de actividades, remuneradas ou não e com as dominações ou discriminações que estas implicam.

A partir do conceito de genderização da sociedade actual, Williams (1993) explica como os indivíduos do sexo masculino têm vindo a desempenhar actividades consideradas femininas, embora ainda de um modo pouco expressivo, justificando esta reduzida inclusão – já referida anteriormente – com motivos de falta atractividade intelectual e financeira.

Deste modo, o papel ‘homem’ na esfera doméstica tem sido objecto de estudo e análise pela sua falta de integração, sendo o papel exclusivo de pai ainda pouco aprofundado.

### **Sexo e género: Conceitos diferentes para os mesmos objectos**

A associação das diferenças naturais à existência de diferenças comportamentais entre homens e mulheres implica – e simultaneamente é implicada – na construção das questões de género, reflectindo-se no modo como os indivíduos se pensam a si mesmos e são, simultaneamente, pensados pelos outros na sua vida quotidiana, havendo expectativas de actuações da parte da sociedade e a criação de mecanismos de resposta a estas expectativas por parte dos indivíduos.

As questões relacionadas com a vivência da paternidade estão, por isso, no âmbito da problemática da construções de género e das suas diferenças, pois pretende-se perceber se a paternidade é integrada no que se pensa ser a construção do género masculino, se as práticas atribuídas ao género masculino passam por se ser pai efectiva e emotivamente, ou se esta influência se faz nos dois sentidos, havendo uma articulação entre as atribuições de género e a paternidade.

Independentemente das orientações destas transferências de influências, a sexualidade é o elo de ligação entre as questões de género e a paternidade, o que acrescenta mais uma dimensão analítica a considerar para se perceber o modo como os indivíduos, neste caso concreto os homens, pensam e articulam com a reprodução, uma vez que o que está em causa é integrar o fim reprodutivo na sexualidade vivida no masculino.

O género é então considerado como uma construção de práticas sociais referentes ao corpo, aos seus actos e às percepções dos outros, não sendo uma prática que se confine ao corpo ou aos seus comportamentos.

A existência das diferenças de género é assim entendida como um meio de garantir que o biológico não tenha um poder determinístico sobre o social, servindo assim de regulador das diferenças biológicas existentes entre sexos – como sexo entende-se as diferenças físicas entre homens e mulheres.

O género masculino, ainda que entendido como algo externo ao ser-se homem, torna-se incontornável na abordagem desta problemática, porque a diferenciação de géneros ao ser parte integrante e estruturadora da sociedade, é simultaneamente um elemento de construção de identidade colectiva. Jung (1982) afirma mesmo que no passado histórico, os homens não dominaram as mulheres tanto quanto o masculino dominou o feminino.

### **Paternidade e masculinidade (s):**

Para articular a dimensão em que o indivíduo confronta o que é com o que socialmente é esperado que seja quer na construção da sua identidade de género quer na de pai, tem de compreender se o facto de ‘ser-se homem’ influencia o processo de paternidade, se pelo contrário o ‘ser-se pai’ influencia a construção da masculinidade, ou ainda se estamos perante uma dupla influência, como já foi referido anteriormente.

Apesar do tema central deste artigo ser a paternidade e os diferentes modos de a vivenciar, achou-se inevitável integrar a temática da masculinidade e da construção do género.

Esta inevitabilidade resulta do facto de os cuidados às crianças, principalmente às mais pequenas, estarem ainda mais associadas às mulheres, considerando-se como uma das formas de realização do ‘ser-se mulher’ e não tanto como uma forma de realização masculina.

Assim, a definição do papel de pai e o modo como este é incorporado pelos indivíduos, não podem ser consideradas alheias à noção da construção da masculinidade e se nesta comunicação se pretende dar conta da existência de uma ‘nova geração de pais’ (White, 1994), não se pode deixar de perceber o modo como esta ‘geração’ pensa e se integra no género masculino.

Mas então o que é – ou o que se considera ser – ‘ser-se homem’? Como é que os indivíduos do sexo masculino constroem a sua identidade colectiva? Em que consiste esta identidade? De que modo se diferenciam géneros através de comportamentos e atitudes? Com que objectivos? Estas são algumas das perguntas que se pretende reter na pesquisa que aqui se apresenta, para melhor perceber o modo como a construção do processo de paternidade e da masculinidade estão articulados entre si.

Antes de mais, e com o intuito de diferenciar alguns conceitos analíticos transversais a este objecto de estudo, conceptualmente acha-se mais apropriado a utilização do conceito ‘masculinidades’ em vez do masculinidade, já que se está perante um processo de construção social que cada indivíduo desenvolve, vive, produz e reproduz no seu contexto social, económico, temporal e geracional.

Isto quer dizer que não há um mesmo conceito que abranja todos os modos de construção social, mas que podem haver várias formas de os entender ou perceber. Assim, defende-se que, mais do que o homem entendido no masculino, há masculinidades que resultam da diversidade dos indivíduos que compõem este grupo. (Connell, 1995).

Passando esta pequena ressalva metodológico-conceptual a um nível macro -analítico, a sociedade actual é ainda *grosso modo* genderizada, havendo tarefas associadas ao feminino e ao masculino, discriminando-se o desempenho de papéis sociais considerados do género oposto, aliás Foulcault (1994) assume mesmo que a genderização da sociedade é uma forma de regulação social.

As masculinidades são ‘produzidas’ e perpetuadas através de ‘práticas físicas – modos de vestir, de pentear, de andar e ‘práticas comunicativas’ – modos de se pensar a si mesmo e os outros enquanto pertencentes ao mesmo género.

Estas práticas são transversais a todas as instituições sociais, como a família, o mercado laboral, o sistema legal, educativo, governamental e económico (Connell, 1995), ou seja, a noção de masculinidades é algo que tende a ser entendida como pré-existente, ‘naturalizadora’ da dicotomia existente entre o feminino e o masculino, e reprodutora desta mesma diferença entre géneros.

No entanto, as questões de género e as diferenças que estas reflectem nos indivíduos enquanto criações sociais constroem-se através de interacções sociais, não sendo fixadas pela sociedade. Mas perceber as diferenças inter e intra géneros não é suficiente para dar resposta às questões iniciais desta pesquisa. Para tal tem que se perceber as interacções entre os diferentes tipos de masculinidades, ou seja, as relações que se estabelecem entre os indivíduos que compõem o sexo masculino, como relações de liderança, aliança, subordinação e exploração.

Falar de uma hegemonia masculina vai deste modo perdendo sentido, uma vez que este conceito pressupõe uma união e uma consciência dessa mesma união, o que como já foi demonstrado, se tem vindo a deixar de verificar entre indivíduos pertencentes ao género masculino.

Cynthia Cockburn (1983) num estudo sobre a construção das masculinidades, afirma que estamos perante uma reorganização da construção das masculinidades devido a factores considerados políticos. Ou seja, que factores de ruptura em estruturas antigas como a classe trabalhadora e a dissolução de diversas formas de relacionamento promovidas pelo patriarcado, estão a contribuir para o desaparecimento da autoridade masculina, para a desvalorização de rituais de iniciação à masculinidade e sobretudo a esbater a exclusão das mulheres no mercado de trabalho.

Deste modo, estas abordagens sobre a construção de diversas ‘masculinidades’ não pretende estabelecer modelos determinísticos, nem criar uma visão mais positivista das masculinidades, pretende apenas, através das práticas sociais, desenvolver o conhecimento da masculinidade emergente nos movimentos sociais.

Em suma, o que se pretende com esta comunicação é deixar aos interessados nestas temáticas, os resultados de um levantamento, sistematização teórica e uma problematização multidisciplinar relacionada com a família e com o género, em geral e com a paternidade e a masculinidade, em particular. Pretende ainda deixar no ar algumas das dúvidas ou obstáculos conceptuais que foram sentidos no desenrolar desta pesquisa e ainda reflexões e interrogações a que se procurará dar resposta com a conclusão do projecto de investigação que ainda está a decorrer.

### **Bibliografia:**

- AMÂNCIO, L., (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento.
- COCKBURN, Cynthia (1983), *Brothers: Male Dominance and Technological Change*, London, Pluto Press.
- CONNELL, R., (1995), *Masculinities*, Berkeley, Los Angeles, University of California Press.
- FOULCAULT, M. (1984) "Truth and power", in P. RAINBOW (ed.), *Foucault: A Reader*, New York, Pantheon Books.
- GUERREIRO, M, (1994), *Famílias na Actividade Empresarial. Empresas familiares em Portugal*, Dissertação de doutoramento em Sociologia, ISCTE.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2000), *Inquérito à Ocupação do Tempo, 1999*.
- JUNG, Carl G. (1982), *Aspects of feminine*, Princeton University Press.
- TORRES, Anália Cardoso, et al., (2000) *Homens e Mulheres: entre Família e Trabalho*, Relatório Final, Lisboa, CIES/ISCTE (a aguardar publicação).
- WHITE, N. (1994) 'About fathers: masculinity and social construction of fatherhood', *Australian and New Zealand Journal of Sociology*.
- WILLIAMS, C., (ed.) (1993), *Doing "Women's Work". Men in Nontraditional Occupations*, Research on Men and Masculinities, California, Sage Publications.